

Em Tese

ESTUDOS SOCIAIS DE INOVAÇÃO

Social Studies of Innovation

Robson Rocha de Souza Júnior

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Adjunto na Universidade do Estado de Minas Gerais, Departamento de Ciências Humanas

Barbacena, Brasil

robsouzajr@uemg.br

<https://orcid.org/0000-0003-0416-0987> 

Rodrigo Foresta Wolffenbüttel

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação à Distância,

Porto Alegre, Brasil

rodrigo.forest@sead.ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-3417-563X> 

Sandro Ruduit Garcia

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Associado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Sociologia,

Porto Alegre, Brasil

sandro.ruduit@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-7060-2678> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

Inovar tornou-se palavra de ordem para organizações em diversos setores da sociedade. Empresas, nos mais variados ramos da economia, e governos de todas as dimensões e orientações anseiam pela criação da novidade como resposta para seus problemas. Exemplos disso podem ser encontrados na onipresença do termo e no uso quase mítico que o mundo dos negócios atribui à inovação (LEARY, 2019) ou, mais concretamente, no recente "Plano de Ação para a Inovação", acordado pelos países do G20, em sua Cúpula de Hangzhou, em setembro de 2016. Além desse consenso em torno do papel da inovação no desempenho econômico e na formulação de políticas públicas para a solução de problemas, a crescente relevância do conceito de inovação pode ser percebida, também, na bibliografia acadêmica.

Pesquisas como a realizada por Fagerberg, Fosaas e Sapprasert (2012) documentam esse expressivo crescimento de publicações científicas abordando o tema da inovação ao longo do século passado e, principalmente, no início do atual. Segundo os autores, parte dessas publicações integram os chamados Estudos de Inovação (*Innovation Studies*), um campo de estudos acadêmicos voltado para a investigação sobre a origem da inovação, os fatores explicativos importantes e suas consequências econômicas e sociais.



Para os Estudos de Inovação, o tema abrange aspectos sociais, políticos, culturais, jurídicos e territoriais que extrapolam a visão restrita de inovação como algo necessariamente positivo e limitado ao desenvolvimento tecnológico. Composto por uma multiplicidade de pequenos grupos de pesquisa em diversos países, ligados a uma ampla comunidade científica, este campo caracteriza-se por um enfoque cognitivo compartilhado e por um conjunto de referências comuns sobre inovação. Todavia, devido ao caráter essencialmente limítrofe e multifacetado do tema, os Estudos de Inovação tendem a extrapolar as fronteiras das disciplinas acadêmicas tradicionais, abarcando uma série de contribuições de diversas áreas do conhecimento científico, tais como Economia, Engenharias, Geografia, Administração, Design e Sociologia.

Apesar deste caráter interdisciplinar dos Estudos de Inovação, cabe destacar o papel preponderante das Ciências Econômicas e Administrativas na construção do campo e a ausência de algo análogo por parte das Ciências Sociais. Uma das consequências dessa ausência é a difusão entre gestores públicos e privados do discurso da inovação como algo necessariamente positivo, consensual e desejável, contrastando na maioria das vezes com as práticas que se verificam na realidade. Essa “ausência” das Ciências Sociais não se justifica por falta de contribuições seminais, uma vez que existe, como lembra Ramella (2019), uma longa tradição de estudos sociológicos que abordam o tema da inovação e da mudança social.

Ainda que por vezes esta contribuição não ocorra de forma explícita, grande parte dos autores clássicos, ao abordar as mudanças vinculadas ao capitalismo, já apresenta uma perspectiva particular sobre o dinamismo da sociedade moderna e sua ligação com a introdução de inovações nos modos de produção e consumo. Portanto, as Ciências Sociais possuem uma extensa e ampla contribuição para os Estudos de Inovação, pois tem como tradição abordar o tema não apenas como um processo econômico de mudança tecnológica, mas como um processo social intimamente vinculado ao modo de produção capitalista e a fatores institucionais e relacionais.

Estas contribuições vão desde Marx, com suas análises sobre a introdução de novidades tecnológicas na estrutura da sociedade capitalista e a consequente alteração nas relações de poder e produção de dinâmicas de conflito, passa pelos conceitos de efervescência na teoria durkheimiana, pelo conceito de carisma na teoria weberiana, e chega até Simmel e os estudos sobre a emergência de uma nova mentalidade econômica a partir de indivíduos socialmente marginais.

Embora grande parte das pesquisas sobre o assunto enfoque em mudanças tecnológicas (EDQUIST, 2001), o conceito de inovação pode envolver acepções muito mais amplas. É o caso dos estudos precursores sobre o tema, como as pesquisas do antropólogo norte-americano Homer Barnett (1953). Em sua obra “Innovation: the basis of cultural change”, a inovação é definida como “qualquer pensamento, comportamento ou coisa que é nova, em função de sua diferença qualitativa, em relação às formas existentes” (BARNETT, 1953, p.721, tradução nossa). Nesse estudo sobre mudança cultural em diferentes etnias, o autor explora os condicionantes e os mecanismos da inovação, concebida como a introdução de qualquer novidade que produza mudança em um contexto sociocultural. Trata-se de um entendimento correlato à ideia de inovação como mudança social em relação a uma ordem existente.

O sociólogo rural Everett Rogers (1995) é outro precursor dos estudos sobre inovação que adota, já em 1962, uma definição mais ampla do conceito. Segundo Rogers (1995, p.11), inovação é “uma ideia, prática ou objeto que é percebida como nova por um indivíduo ou outra unidade de adoção”. Pouco importa, no que diz respeito ao comportamento humano, se a ideia é ou não ‘objetivamente’ nova”. Para Rogers, em sua análise da difusão da inovação, o ponto central é a percepção de novidade relativa a uma ideia, prática ou objeto e a forma como ela se difunde (canais de comunicação) no interior de um sistema social.

Essas leituras mais amplas acerca da inovação, junto às ideias de Fritz Schumacher e do conceito de tecnologia apropriada, vão fornecer as bases para desdobramentos posteriores sobre o tema, os quais desaguaram na retomada da noção de inovação social (DAGNINO, 1976). Essa noção não é propriamente nova, mas recupera a ideia de inovação como mudança nas relações e formas de organizações sociais, além de incorporar a ideia de inovação inclusiva. Uma inovação voltada para a produção de novos produtos, processos e serviços destinados às necessidades e aos interesses de populações excluídas, de forma a promover melhorias na sua qualidade de vida (HEEKS, et. al., 2013).

Em um registro mais recente, diferentes estudos buscaram compreender os mecanismos e as condições que favorecem a geração e a difusão de inovações econômicas, chamando a atenção para a sua contribuição na identificação e na solução de problemas produtivos, na elevação da produtividade e na melhoria dos patamares de renda. Por exemplo, a importância do contexto socioinstitucional (tradição “macro”) para a inovação foi revitalizada por estudos comparativos de economia política sobre modelos de

capitalismo (HALL; SOSKICE, 2001) e sobre as diferentes estratégias de Estados na promoção da inovação (BLOCK, 2008; BLOCK; KELLER, 2011; MAZZUCATO, 2015).

Já o papel de fatores sociorrelacionais encontrou espaço nas reflexões da abordagem estrutural das redes de interação. Isto envolve desde estudos sobre *clusters high tech*, como o *Silicon Valley* e seu dinamismo inovativo baseado em uma rede complexa de atores heterogêneos e complementares (FERRARY; GRANOVETTER, 2009), até pesquisas sobre a importância de conexões homogêneas locais em conjunto com conexões de longa distância para a criatividade e inovação na indústria de musicais da Broadway (UZZI; SPIRO, 2005). Há, também, aqueles que se dedicam a estudar a pluralidade de interesses em jogo durante a produção de inovações e a necessidade de negociação destes interesses naquilo que os autores denominam de processos de tradução (AKRICH; CALLON; LATOUR, 2002).

Desta forma, a inovação passa a ser concebida como um processo social de introdução de novidade em contexto social (TRIGILIA, 2007). Logo, um processo passível de encontrar resistências à sua realização – seja por interesses econômicos e posições de poder consolidadas, seja pela defesa de valores e crenças contrários à proposta inovativa – e que depende da capacidade dos envolvidos de superar essas oposições e criar consensos em torno de um projeto cujos resultados são perpassados pela incerteza. Ou seja, também a capacidade não trivial de cooperação e de ação conjunta entre atores diversos está no centro de processos de inovação. Contudo, a forma como essas oposições são superadas, os atores envolvidos e os entendimentos sobre o processo não são estanques, pelo contrário, são fatores sujeitos à transformação e que foram objeto de intensos debates e abordagens teóricas ao longo dos últimos anos.

O conceito de inovação encerra, na verdade, uma complexidade que se expressa nas dinâmicas de resistência e negociação envolvidas nos processos de produção social das inovações e na série de consequências impremeditadas que se estabelecem a partir da relação entre a novidade e o contexto em que ela se insere.

Apesar destas contribuições, grande parte da discussão atual sobre inovação parece esterilizada, presa à esfera da economia formal e aos sentidos mais rasos. Pois, mesmo que a importância dos aspectos institucionais e sociorrelacionais seja reconhecida, algumas das dimensões constitutivas dos processos de inovação, tais como a construção da cooperação, negociação, poder, conflito e legitimação, permanecem negligenciadas e o mesmo ocorre em relação à sua interdependência com as mudanças sociais. Convém retomar as contribuições das Ciências Sociais para o tema e abordar a inovação como um

complexo processo relacional e multidimensional que depende, em grande medida, dos atores sociais, das dinâmicas de interação (contestação/aceitação) e do contexto social em que se desenrola o ato inovativo.

A inovação constitui, portanto, um processo não-linear que conta com a participação de uma multiplicidade de atores e organizações sociais com fontes variadas de recursos. O conjunto complexo e articulado de relações dinâmicas que compõem esse processo, bem como os múltiplos recursos mobilizados pelos atores envolvidos, constituem as condições de possibilidade de sua emergência, embora também sejam profundamente afetados pelas transformações que a implementação de uma inovação tende a provocar. Ademais, os resultados possíveis desse processo também são os mais variados, já que a inovação pode assumir tanto a forma econômica (novos produtos, processos e serviços) quanto a forma social.

Nesta seção especial sobre Estudos Sociais de Inovação, as questões acima são abordadas a partir de diferentes perspectivas e enfoques. A seção especial conta com dois artigos, uma resenha, uma entrevista e uma tradução de artigo sobre o tema da inovação. Essas contribuições representam, em pequena escala, a multiplicidade e a pluralidade dos Estudos de Inovação, tanto do ponto de vista teórico/disciplinar, com abordagens baseadas na Ciência Política, Economia e Sociologia, quanto do objeto de interesse no processo de inovação (produção, utilização, difusão, impactos).

O primeiro artigo da seção, intitulado “Uso das redes sociais, valores democráticos e confiança institucional no Brasil”, de Bruno Mello Souza e Maria Antonia Vieira, discute os possíveis impactos da participação nas redes sociais da internet sobre os valores democráticos dos brasileiros e da confiança e desconfiança destes para com as instituições políticas do país. Trata-se de uma investigação no âmbito dos efeitos sociais da inovação, isto é, do papel desempenhado pelo uso das redes sociais como fonte prioritária de informação, na confiança dos eleitores nas instituições e nos valores democráticos. Os resultados apresentados pelos autores, porém, contestam esse pretenso papel das redes sociais, pois não está clara a relação entre o uso das redes sociais e a desconfiança nas instituições políticas.

Em “Uma nova lógica de Orçamento Impositivo e um novo molde de Orçamento Participativo: o caso do Orçamento Legislativo Participativo de Florianópolis (OLP)”, de Franciele Boeira Cataneo, é analisado e descrito, à luz da perspectiva neoinstitucionalista, o caso do OLP de Florianópolis. O artigo discute, com base no desenho institucional da iniciativa, seu contexto e qualificação enquanto uma inovação democrática, cujo impacto

positivo junto às comunidades e aos espaços de uso e convívio coletivo repercutiu na apropriação de informação e conhecimento acerca do orçamento municipal e dos recursos da Câmara Legislativa. Discussão, essa, que ressalta a potencialidade de análises voltadas para o processo de elaboração de inovações institucionais, com maior ou menor participação do público nas deliberações. Desta forma, a pesquisa busca documentar a experiência, pontuar as potencialidades e os desafios, bem como destacar os elementos inovadores da iniciativa.

Por seu turno, a resenha “A economia da colaboração de Francesco Ramella e Cecilia Manzo: uma análise ambivalente do presente, para um futuro incerto”, aborda criticamente o livro *The Economy of Collaboration - The New Digital Platforms of Production and Consumption*. No texto, de Rodrigo Campos Dilelio, são apresentados os principais pontos do livro e suas conclusões referentes ao papel da colaboração nas novas configurações produtivas e de consumo. Segundo o autor, a tese inscrita no livro é de que a disseminação da economia digital, juntamente com outros fatores, levou a uma expansão das atividades econômicas baseadas na colaboração entre indivíduos e organizações. Porém, essa economia da colaboração assumiria diferentes formas e produziria diferentes resultados, conforme os princípios reguladores vigentes. Em outras palavras, novas tecnologias possibilitariam novas formas de produção e consumo que, conforme os princípios de regulação, ensejariam diferentes inovações e relações sociais.

Também compõe esta seção uma entrevista realizada por Rodrigo Foresta Wollfenbüttel, Robson Rocha de Souza Júnior e Sandro Ruduit Garcia com Flávia Luciane Consoni de Mello, Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas e Professora Livre Docente da mesma Universidade. A pesquisadora se destacou por realizar investigações sobre inovação a partir da perspectiva das Ciências Sociais, abordando uma série de temas como o emprego de mulheres em P&D industrial, as montadoras estrangeiras e o desenvolvimento de tecnologias no País, as cidades inteligentes e as demandas locais, e as transições para o uso de veículos elétricos na mobilidade urbana sustentável. Na entrevista, além de discorrer sobre suas investigações e colaborações acerca do tema da inovação, Flávia Consoni também deu destaque ao desempenho de diversos atores no sistema de inovação, bem como enfatizou a territorialidade e a interdisciplinaridade como fatores cruciais no processo inovativo.

Finalmente, a seção conta também com a tradução de um importante artigo publicado originalmente por Jan Fagerberg no ano de 2018 na *Working Papers on Innovation Studies*, com o título “(Im)possible Mission? The role of innovation (and

innovation policy) in supporting structural change & sustainability transitions". A tradução foi realizada por Robson Rocha de Souza Júnior e Rodrigo Foresta Wolffenburg e foi revisada por Sandro Ruduit Garcia. O texto recebeu o título "Missão (im)possível? O papel da inovação (e das políticas de inovação) no suporte às mudanças estruturais e transições sustentáveis". No artigo original, Jan Fagerberg discute o tema da transição para a sustentabilidade com foco nas mudanças estruturais que a acompanham e no papel que as políticas públicas de inovação podem desempenhar na aceleração dessas mudanças. Após apresentar alguns tópicos fundamentais sobre o tema, o artigo discute três políticas públicas que foram elaboradas para influenciar a transição para sustentabilidade: a energia renovável na Dinamarca e na Alemanha e o carro elétrico na Noruega. Além de dar destaque às especificidades de cada caso, o artigo indica a oportunidade de se valer da transição para a sustentabilidade para obter ganhos sociais mais imediatos, como o desenvolvimento de inovações (verdes) e a geração de empregos, o que pode ser possível através do fomento da interação entre consumidores engajados e formuladores de políticas públicas atentos, como ilustra os três casos discutidos por Jan Fagerberg.

O conjunto destes textos evidencia a complexidade do fenômeno da inovação. Para além do desenvolvimento de novas tecnologias rentáveis, eles investigam diversas facetas e atores envolvidos no processo de inovação. Desde a importância de elementos locais para sua elaboração (criatividade, colaboração), passando pelo papel de políticas públicas no fomento à inovação orientada, até os efeitos sociais de sua utilização. Desta forma, esperamos que a diversidade de experiências e abordagens teórico--metodológicas contempladas possa contribuir para o trabalho de um expressivo número de pesquisadores.

REFERÊNCIAS:

AKRICH, Madeleine; CALON, Michel; LATOUR, Bruno. The key to sucess in innovation part I: the art of interessement. International Journal of Innovation Management, London, v.6, n.2, p.187-206, jun. 2002.

BARNETT H. G. Innovation: The Basis of Cultwal Change. McGraw- Hill Book Company, Inc., New York, 1953, 462 p.

BLOCK, F. Swimming Against the Current: The Rise of a Hidden Developmental State in the United States. Politics & Society, 36(2), 169–206, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032329208318731>

BLOCK, Fred., KELLER, R. Matthew. Where do innovations come from? Transformations in the U.S. economy, 1970-2006. In: Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics no. 35, maio de 2011.

DAGNINO, R. Tecnologia Apropriada: uma alternativa? Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília, 1976.

EDQUIST, Charles. The Systems of Innovation Approach and Innovation Policy: An account of the state of the art. Lead paper presented at the DRUID Conference, Aalborg, June 12-15, 2001.

FAGERBERG, J., FOSAAS, M., SAPPRASERT, K. Innovation: exploring the knowledge base, Research Policy, V. 41, n. 7, p. 1132-1153, 2012. Disponível em:
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S004873312000698>.

FERRARY, M.; GRANOVETTER, M.. The Role of Venture Capital Firms in Silicon Valley's Complex Innovation Network. In: Economy and Society, vol. 38, n. 2, p. 326-359, 2009.

HALL, Peter A.; SOSKICE, David. Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HEEKS, Richard; AMALIA, Mirta; KINTU, Robert; SHAH, Nishant. Inclusive Innovation: Definition, Conceptualisation and Future Research Priorities. Development Informatics working paper series, n. 53, 2013.

LEARY, John Patrick. Keywords: The New Language of Capitalism. Chicago: Haymarket Books, 2019.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015.

RAMELLA, Francesco. Sociologia da inovação econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

ROGERS, Everett. Diffusion of Innovations, V ed., New York, The Free Press, 1995.

TRIGILIA, Carlo. La costruzione sociale dell'innovazione. In: La costruzione sociale dell'innovazione: economia, società e territorio. Firenze: Firenze University Press, 2007. p.11-18.

UZZI, B; SPIRO, J. Collaboration and creativity: the small world problem. American Journal of Sociology, v. 111, n. 2, p. 447-504, 2005.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Estudos Sociais de Inovação

Robson Rocha de Souza Júnior

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Adjunto na Universidade do Estado de Minas Gerais, Departamento de Ciências Humanas, Barbacena, Brasil

robson.junior@uemg.br

<https://orcid.org/0000-0003-0416-0987> 

Rodrigo Foresta Wolffendüttel

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação à Distância, Porto Alegre, Brasil

rodrigo.forest@sead.ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-3417-563X> 

Sandro Ruduit Garcia

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Associado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Sociologia, Porto Alegre, Brasil

sandro.ruduit@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-7060-2678> 

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 30/01/2023

Aprovado em: 06/02/2023

